Escola Latino-americana de Autogestão do Hábitat

Quinto módulo do primeiro

Chile - 2022

SELVIHP Secretaria Latino-americana de Moradia e Hábitat Popular

ÍNDICE

1. Nossa história

2. ELAH

3. Conteúdos e objetivos da Escola Latino-americana de Autogestão e Hábitat

    3.1 Dia por dia

4. Reflexões finais

5. Agenda SELVIHP decorrente das atividades realizadas no Chile

SELVIHP Secretaria Latino-americana de Moradia e Hábitat Popular

Nossa história

O que é a SELVIHP?

A SeLVIHP não é uma rede virtual; é uma rede material, real, que motoriza políticas setoriais de moradia e hábitat de conteúdos autogeridos; geradora de novos coletivos que diariamente vão lavrando e se meando o caminho da construção de poder popular para uma América Latina autogerida, socialista e comunal."

Do documento fundacional da SeLVIHP. 1991

A Secretaría Latinoamericana de Vivienda y Hábitat Popular (SeLVIHP) [Secretaria Latino-americana de Moradia e Hábitat Popular] é una organização popular e democrática, fruto da confluência de diversas experiências organizacionais de base, dedicadas à luta pela moradia e o direito à cidade, nascidas nos primórdios do neoliberalismo. Ela nasceu como um grito de denúncia diante da expulsão de milhões das cidades, tendo impulsionado políticas de autogestão para o Hábitat Popular nos últimos 31 anos. Irmana-nos a construção cotidiana pela liberação política, econômica, social e cultural da Nossa Pátria Latino-americana, a partir do nosso aporte na Produção Autogerida do Hábitat popular, de uma perspectiva anticapitalista, anti-imperialista, antipatriarcal.

ELAH em Chile

De 21 a 26 de novembro de 2022, foi realizado o Primeiro Módulo do V Ciclo da Escola Latino-americana de Autogestão do Hábitat da SELVIHP em Santiago do Chile e Valparaíso.

Participaram deste módulo a União Nacional por Moradia Popular do BRASIL, a Rede Hábitat Popular do Chile, o Movimento Comunal Nacional Federico Briton de Panamá e a Federação de Cooperativas Autogeridas MOI- Movimento de Ocupantes e Inquilinos MOI da Argentina. Também fizeram parte do encontro a organização Alerta Barrios Altos do Peru e o Movimento Urbano Popular do México. Do Chile, algumas organizações de moradia, como a MPL, La Pintana Solidaria, FENAPO La Florida, Movimento Autônomo de moradia Bio Bio, Movimento Moradia digna, assim como cooperativas de moradia e trabalho, próximas da Rede de Hábitat Popular.

Durante este ciclo de escola, procura-se **impulsionar e consolidar marcos reguladores da produção autogerida do hábitat na América latina**, identificando os nós e propostas para a incidência em política pública, bem como o intercâmbio de conhecimentos, experiências e mística entre seus participantes. Por sua vez, esse espaço de trabalho permitiu facilitar o encontro e intercâmbio das organizações participantes no âmbito da conjuntura continental, como aporte às nossas lutas.

Objetivos da escola

- Impulsionar e consolidar marcos reguladores para a produção autogerida e cooperativa do hábitat na América latina, identificando nós e propostas para o fortalecimento e incidência em política pública.
- Facilitar e potenciar o encontro e intercâmbio das organizações participantes, melhorando suas bases teórico-conceituais e seus instrumentos de política pública para a concretização de experiências.
- Gerar espaços de debate sobre políticas públicas em Moradia e Hábitat, identificando potencialidades, tensões e nós críticos em processos autogeridos atuais.

Dia por dia

Día 1

A escola iniciou o primeiro dia com uma solenidade de abertura no Centro Cultural da comuna de Pedro Aguirre Cerda. Ali foi realizado um fórum painel, com a finalidade de colocar em contexto a conjuntura nacional através do olhar dos mestres Miguel Lawner, prêmio nacional de arquitetura 2020, Don Gabriel Salazar, prêmio nacional de história 2006, e a dirigente do macro acampamento Antofagasta, Sra. Elizabeth Andrade, prêmio nacional aos direitos humanos 2022. Ainda, foram compartilhadas experiências particulares e acadêmicas de muitos anos de trabalho e dedicação, chegando a algumas conclusões:

- A importância da organização diante do colapso dos Direitos Humanos.

- Um processo constituinte perdido novamente e retomado pela elite política.

- 400 vítimas de trauma ocular, 300 casos de abuso sexual e 2.178 crianças sofrendo violações aos direitos humanos no âmbito da repressão expressada na agitação social de 2019.

- A campanha de rejeição, "a casa própria não será sua" (modelo individual cultural).

Além disso, foram descritos os avanços que houve na luta pelo hábitat, tais como a Lei 20.234 **"Simplificação de loteamento"**, um plano de emergência nacional que resgata o papel executivo do estado, a aquisição de solos e os arrendamentos protegidos.

Outras conclusões às quais se chegou durante o primeiro dia foi a necessidade de ter e exercer a soberania como povo, já que nossa clássica estratégia de protesto na rua não basta:

- O povo chileno deve aprender das 11 constituições prévias, já que apenas uma delas foi redigida pela cidadania, tendo sido derrogada após um ano de vigência (1823). Estamos condenados a continuar repetindo os mesmos erros, se não aprendermos da nossa história, que nos diz que devemos aprender a exercer soberania como povo.

- A **unidade e a formação do nosso povo** é outra das mensagens que o painel nos deixa, já que, se pensarmos somente em nosso projeto ou nossa moradia, perdendo a integralidade, a luta e o olhar se tornam em míopes.

O dia finalizou com um acolhdor jantar na cooperativa de moradia Nuke Mapu, na comuna de Pedro Aguirre Cerda em Santiago do Chile.

Dia por dia

Día 2

No dia seguinte a inauguração de mística foi realizada, percorrendo o E**stádio Víctor Jara**, com uma sensível homenagem aos abatidos e abatidas na Ditadura à procura da construção de uma nova sociedade socialista.

Depois desse percurso, houve uma apresentação pelas organizações participantes dos diferentes países, como forma de contextualizar a luta e conjuntura sociopolítica de cada país, compartilhando os cenários da Argentina, Brasil, Panamá, Peru e México. Para o caso do Chile, foram apresentadas diversas organizações que fizeram parte do Encontro, como a Rede de Hábitat Popular, o Movimento de Moradia Autônoma Bio Bio e o Movimento Moradia Digna.

Já durante a tarde, tendo sido trasladados para a sede da cooperativa Ñuke Mapu, foram iniciados os trabalhos de comissões e o intercâmbio que caracterizam a Escola Latino-americana de Autogestão, no âmbito do **aprofundamento da concepção autogerida e sua expressão na produção social autogerida do hábitat.** Os eixos do trabalho foram apresentados: Autogestão, Ajuda Mútua e Propriedade Coletiva. Para alimentar o debate, dois blocos temáticos foram apresentados.

Em primeiro lugar, as experiências piloto de cooperativas no Chile, como as cooperativas de moradia Ñuke Mapu e Yungay. Foram explicados, ainda, os avanços e desafios para a implantação dessas experiências como base de um programa nacional de políticas públicas.

Foram apresentadas as propostas, avanços e desafios para a instalação de marcos regulatórios nacionais e reflexões sobre as práticas políticas que acompanham esse processo no âmbito da SELVIHP, fazendo referência aos casos da Argentina, Brasil e Panamá.

Essas exposições demonstraram o progresso na construção de marcos regulatórios e propostas programáticas que permitam normalizar e regular essas experiências autogeridas. Todas essas experiências respondem a uma mesma origem: o despejo ou despojo dos mais necessitados em cada país pelo aprofundamento da lógica capitalista de produção do território: financeirizado, patriarcal, racista e destrutor da Natureza e a Vida.

Por sua vez, destaca-se que, ainda que existam marcos regulatórios que permitam a autogestão, sem a mobilização consciente das pessoas e o povo organizado, essas leis não serviriam para a construção do hábitat.

Depois dessas exposições, se trabalhou em grupos com relação ao que tinha sido tratado durante a jornada, identificando propostas e dificuldades comuns.

Dia por dia

Día 3

Na terceira jornada, desenvolvida no **Museu da Educação "Gabriela Mistral",** houve um painel com múltiplos atores, denominado "Políticas de produção autogerida cooperativa do hábitat no Chile atual".

Tatiana Rojas, subsecretária de Moradia e Urbanismo no âmbito da crise habitacional que o país sofre, esteve presente. Além disso, trouxe para o debate a vontade programática do presidente Gabriel Boric em 10 linhas de ação para o acesso à habitação, assim como uma oficina para avançar no cooperativismo. Recuperamos alguns pontos importantes de sua participação.

Depois falou **Carlos Araya, chefe da Divisão Política Habitacional.** Como funcionário, faz alguns anos que ele trabalhou tentando incorporar o cooperativismo desde o Ministério do Hábitat.

Continuou **Jorge Larenas, do Instituto de Hábitat da Universidade do Chile**, quem sustenta que o liberalismo opera no regime de liberdade e concorrência, no qual o acesso à moradia é um caminho de concorrência, sendo fundamental para eles que os habitantes compreendam que o acesso à moradia não é somente um caminho individual. Nesse caso, o cooperativismo é, sim, uma alternativa para quebrar o modelo neoliberal e as cooperativas, sem propriedade coletiva, resultam mais da mesma coisa.

Depois falou **Javier Ruiz Tagle, do Instituto de Estudos Urbanos da Universidade Católica**, sustentando a necessidade de a política pública incorporar este tópico. Assinalou que sua Universidade fez um bacharelado, com tese desde 2018, e um curso de assessoramento nesses temas com moradores. Ele falou, ainda, sobre o desenvolvimento de uma federação que agrupe as cooperativas e que forneçam auxílio técnico, sobre a necessidade de diferenciar a propriedade do solo da propriedade da construção, assim como a cooperativa seja proprietária, devendo fortalecer a posse da propriedade coletiva.

Depois, foi a vez de **Susana Aravena, militante e integrante da equipe técnica da Rede de Hábitat Popular do Chile,** quem começou narrando com a história do Convênio do primeiro piloto, que nasceu faz muitos anos, como parte de um processo impulsionado da base e em conjunto com a SELVIHP, para um município com escuta, depois de 40 anos produzindo moradias com financiamento público pela via do mercado, assinalando que recém nestes últimos 10 anos se tem procurado quebrar essa lógica e que a população organizada seja protagonista da política de hábitat. Quando se fala em autogestão, procura-se construir sem lucro e com auxílio mútuo, melhores moradias. Visa-se melhorar a qualidade da construção e otimizar o uso dos recursos. Ela expõe que, no nosso modelo, não há construtoras que trabalhem com essas experiências tão pequenas e contraculturais. A Rede tem trabalhado 15 anos para ver agora a materialização dessas experiências.

Dia por dia

Día 3

O encerramento foi com **Néstor Jeifetz, integrante da coordenação da SELVIHP e a Federação de Cooperativas Autogeridas MOI.** Ele colocou a questão sobre como mudarmos a cultura do capitalismo neoliberal, que é o maior desafio para construir um caminho de desenvolvimento de uma cultura solidária e antagônica ao mercado. Notadamente, a produção social autogerida do hábitat tira a moradia do mercado e da lógica da especulação. A universidade é também um tema central, pois, como campo em disputa, é fundamental a orientação das articulações com o movimento popular, trata-se de uma parceria com perspectiva política, recuperando a vigência do lema histórico argentino do Cordobazo, "operários e estudantes, unidos para à frente". A produção social autogerida, que incorpora as cooperativas de trabalho no modelo produtivo, aporta a criação de empregos com remuneração digna, emoldurada por relações sociais solidárias, sem patrão. O Modelo USPA - integrado por cooperativas de moradias, cooperativas de trabalho e equipes profissionais interdisciplinares articuladas em cada projeto - visa materializar essas mudanças nas relações sociais. **Os meios de produção nas mãos dos trabalhadores é uma parte fundamental da concepção da autogestão**. Nesses processos, a tomada de decisões, da formação inicial do grupo, a gestação do projeto, a obra e o habitar, passa pelo coletivo e não pelo individual. Isso produz comunidade, cidadania e apropriação. Ama-se o que se gesta e isso faz parte substantiva do modelo. propiación. Se ama lo que se gesta y esto es parte sustantiva del modelo.

À tarde

Foi realizado um percurso pelas experiências de lutas emblemáticas do Chile e Santiago como: a Cooperativa de Moradia Ayllu, no Bairro Yungay; Fenapo, na Florida, MPL, Peñalolén.

Em Yungay, a experiência de Ayllu nos apresentou, como novidade, a estratégica visão contracultural de tomar um imóvel, com a realização prévia de um trabalho multiatoral com as diversas organizações comunitárias, que dão vida a esse bairro onde o imóvel se localiza. E, desde essa decisão comunitária, definir de forma propositiva, sua composição programática, com um forte protagonismo de qualidade produtiva e coexistência de diversos usos, exercendo uma concepção humanizadora de integralidade do Hábitat. Trata-se de um valioso e alimentador enfoque pluriatoral, antagônico à empobrecedora visão que simplesmente visa à obtenção do "teto".

Quando a noite chegou, a jornada finalizou com um simbólico e fraterno jantar na comunidade El Patio de Peñalolen, MPL Buen Vivir.

Día 4

No início, foi realizada uma apresentação das organizações dos países do Peru e México: cada palestrante contou para nós suas lutas, acertos, erros e conjuntura atual de seus territórios.

México

O MUP, **Movimento Urbano Popular**, é um coletivo de luta que iniciou sua história na década de 1980, inspirado na geração estudantil de 1968, período durante o qual se uniram trabalhadores e estudantes na luta com vocação transformadora e revolucionária, durante os anos 1973 e 1974.

As mulheres têm um papel importante no movimento. Algumas de suas experiências de organização são vizinhanças ocupadas em locais patrimoniais, como o caso da Casa Guerrero, que fora ocupada depois do terremoto do ano 1985.

Nas históricas, também existe uma luta com os interesses mobiliários, com foco na valorização e não nos habitantes. Outro dos lugares de luta gerados nesse processo é o bairro "Tepito", um dos bairros mais pobres. Desde meados da década de 1980, foi possível construir umas 120.000 moradias, contudo, não é fácil fazer propostas sobre marcos regulatórios.

Dia por dia

Día 4

Perú

Sua luta acontece no centro histórico de Lima. Na problemática de moradia e hábitat, a tragédia desde Fujimori é a eliminação do direito à moradia, derrogando decretos que o protegiam. Além disso, o mercado se dolarizou.
Nos Bairros Altos, a organização é integrada por diferentes "solares" (edifícios ocupados) que depois foram integrados à Coordenação Nacional e aí conheceram a CIDAP, uma ONG que os apoia, assim como organizações sociais da América Latina, como o MOI e a FUCVAM.
As alterações na Constituição não puderam ser atingidas, apesar da apresentação de inúmeras documentações e que continua o despejo dos ocupantes.

Aprofundamento das leis para a autogestão

Depois da apresentação, seguiu o trabalho em grupos compostos por diferentes organizações e países. Os grupos tiveram que responder as perguntas seguintes:

Que marcos normativos e antecedentes existem para tornar a produção autogerida do hábitat fatível?

México:
Existe uma Lei Nacional e uma Lei Estatal / Artigo 4 da Constituição; Lei da Moradia

Brasil:

Lei Nacional – Fundo nacional sem recursos.
- Em São Paulo existe uma Lei de Produção Social do Hábitat e mediante a autogestão. 17638-2021
- Em 2021, houve uma proposta de lei de produção autogerida. Atualmente, a autogestão do hábitat não conta com uma lei específica, mas sim com um programa de crédito solidário. Projeto de Lei Nacional 4216- 2021, "Casa verde amarelo".

Panamá:

- Tem uma Lei Regional de Habitação ampliada para projetos de autogestão (sem marco regulador).
- Apresenta iniciativa de anteprojeto de lei de autogestão.

Argentina:
- Tem uma Lei Nacional da Moradia de 1994. O artigo 14 bis é uma referência constitucional importante.
- Na Província de Buenos Aires, a Lei 14.449 Acesso Justo ao Hábitat
- Na Cidade Autônoma de Buenos Aires, a Lei 341 de emergência e autogestão, sustentada na constituição da Cidade Autônoma de Buenos Aires, artigo 31.
- Em maio de 2022 foi realizada a terceira apresentação do projeto de Lei Nacional da Produção Social e Autogerida do Hábitat, focada na nacionalização a aprofundamento dos conteúdos já vigorantes e na experiência com a lei 341 da Cidade de Buenos Aires.

Que elementos se repetem nessas lutas?
- Necessidade de unidade do movimento, pressão política do movimento
- Movimento e poder popular, gestão, coletividade.
- Escolas territoriais focadas no cooperativismo e na autogestão
- Unidade na ação
- Autogestão
- Continuar lutando

- Manter as escolas, fortalecer as organizações; comunicação nacional e latino-americana; apoio mútuo; empatia; não desistir da luta; partilhar experiências; "quando o estado desaparece, América Latina floresce e nos fortalece".
- Presença da SELVIHP nos territórios nacionais, compartilhando a experiência e integrando uma perspectiva a nível latino-americano.
- A presença dos governos centrais da esquerda democrática ou progressistas e o balanço a ser realizado sobre como foi sua intervenção com relação aos objetivos da concepção autogerida.

Dia por dia

Día 4

Na finalização do plenário, as conclusões foram as seguintes:

- Existem experiências com marcos regulatórios sobre o direito à moradia e projetos de Autogestão, como na Argentina, Brasil e Venezuela. Inspirados na legislação uruguaia sobre a habitação, de 1968, e seu capítulo cooperativo. Já no caso do Chile, não existe uma lei de habitação.

- Outros elementos comuns de luta têm a ver com que **essas leis nascem ao abrigo da organização, a luta e a unidade dos movimentos articulados e politizados.**

- Ainda que existam sucessos e avanços nos marcos normativos, algumas das experiências presentes evidenciam que, apesar da existência de marcos reguladores ou de leis que permitam a autogestão, sempre é necessário, em primeiro lugar, ter a organização de base viva e fortalecida. Aliás, nas diversas experiências presentes, é manifestada a preocupação sobre a presença nos territórios do "narcoestado", com menções no Chile, Peru, México e outros. Diante desse fenômeno, assinala-se que a organização e a formação de quadros são a base que permite enfrentar esses profundos problemas de violências, mortes e injustiças.

- Outro aspecto comum para o fortalecimento das lutas conjunturais e os **desafios enfrentados é a perspectiva de gênero** e o papel da mulher, somado à necessidade de incorporar a memória das nossas lutas.

- Por outra parte, é preciso que exista formação política em nossas bases e movimentos, com uma perspectiva de unificação e articulação da luta dos territórios e da América Latina.

À tarde

As organizações participantes **visitaram as experiências de uma ocupação de terra de mais de 60 anos no morro Ramaditas de Valparaíso.** Ali, as próprias moradoras explicaram que estão trabalhando em conjunto com a Prefeitura da cidade, para conseguir a radicação com a Lei 20.034. Essa ocupação de terra não conta com abastecimento de água potável, que eles recebem de caminhões tanques.

Depois do percurso, as delegações foram para o **Centro Comunitário Las Cañas**, onde nos contaram a experiência dos centros comunitários em Valparaíso, Las Cañas e Santa Ana, que mediante a ocupação de espaços comuns e coletivos conseguiram desenvolver a autogestão e disputar recursos estatais, promovendo a organização territorial, cultural e produtiva.

No caso do Centro Comunitário Las Cañas, trata-se de uma área localizada no morro do mesmo nome, que é um espaço de encontro artístico e cultural para o bairro e a cidade. **Esse centro foi de grande importância e suporte no grande incêndio de Valparaíso em 2014, onde mais de 3.000 pessoas foram danificadas.** Depois da trágica morte da pequena Amélia por atendimento primário negligenciado, a bandeira de luta pela saúde digna nos morros de Valparaíso começou a ser **"justiça para Amélia"**. O centro do trabalho comunitário Las Cañas é um aporte à luta e à justiça social.

Finalmente, a apresentação do Espaço Comunitário Santa Ana, apresenta a experiência de autogestão sobre a recuperação do hábitat e espaços comuns, com recursos públicos (principalmente do MINCAP) e privados, utilizando diferentes fórmulas para alcançar a autogestão comunitária, destacando o trabalho com a educação (infância, adultos e mulheres), recuperação de espaços reivindicando o patrimônio, assim como a forma de assembleia para a tomada de decisões e a distribuição dos recursos.

Dia por dia

Día 5

Foi realizado o painel político no **Centro de Extensão do Ministério das Artes e o Patrimônio**, onde expuseram a Secretaria Regional Ministerial da Cultura e das Artes, Sra. **Patricia Mix**, a SEREMI de Moradia e Urbanismo **Belén Paredes**, a prefeita da cidade de San Antonio **Constanza Lizana**, o prefeito **Jorge Sharp** de Valparaíso. A esse leque de funções políticas regionais se somou a apresentação, em representação da SELVIHP, de **Carla Rodríguez**, integrante da Federação MOI, Argentina.

As diferentes apresentações se expressam sobre como seus mandatos são abertos à autogestão e como, de suas políticas públicas, têm realizado diferentes propostas inovadoras para ter acesso às necessidades territoriais a partir das próprias demandas das comunidades.

A SEREMI regional de Moradia destacou a f**utura criação do programa de cooperativas** e também falou dos diferentes apelos às cooperativas que houve na região. A SEREMI fez referência à importância desses espaços para o debate das políticas públicas autogeridas.

Por sua vez, a SEREMI de Cultura salientou que desde seus **diferentes programas de acesso à cultura**, cada vez mais se foram aproximando das comunidades culturais e territoriais em Valparaíso. Como SEREMI, **entregam os recursos para que as próprias comunidades executem suas políticas**, gerando cultura e apropriação a partir dos bairros, por exemplo, os programas PAOCC 2023 e os potenciais pontos de cultura. Devemos lembrar que as cidades de Valparaíso e Viña del Mar são as comunas com mais acampamentos e ocupações de terras do Chile.

Por isso, as palavras dos prefeitos presentes, Srta. Constanza Lizana, prefeita da Comuna de San Antonio e Jorge Sharp, Prefeito da comuna de Valparaíso, com relação ao trabalho mancomunado com as comunidades, aproveitando as leis favoráveis à radicação nos lugares onde for fatível, com mais garantias para ter acesso à participação no acesso à terra e/ou à moradia, tiveram boa acolhida. Seus escritórios de moradias contam com equipes técnicas que desenvolvem essas propostas para dar solução a muitos anos de conflitos.

A doutora Carla Rodríguez frisou os **eixos centrais na criação da autogestão e seu marco regulatório**, tais como a produção sem lucro, a geração de trabalhos dignificantes, assim como a necessidade de organização e formação constantes, o **papel destacado das mulheres na luta pela habitação e o hábitat digno.** Além disso, ela falou sobre como a Lei de Autogestão na Argentina nasceu a partir das lutas dos povos – ancorada com a denúncia da existência de presos políticos, referentes populares, como Luis Delía e Milagro Salas, ainda nessa condição – recuperando suas experiências de resistência e com perspectiva de integralidade. Rodríguez fez também referencia ao impulso que estão realizando as organizações sociais para nacionalizar essas leis.

Entre os presentes, Olguita desde a União Nacional de Moradia comentou a importância de pensar em políticas públicas focadas na terceira idade.

À tarde

Foi realizada a atividade de encerramento da Escola com as diferentes organizações presentes:

- Países membros da SELVIHP
- Companheiro do México
- Companheiras do Peru
- Companheiras da HIC Global, Adriana Allen, atual presidente, e Marie Pompei, militante e ativa colaboradora.
- Organizações locais chilenas, como a Fenapo, La florida, MPL, Movimento pela Moradia Digna, Cooperativa Quincha, cooperativas de moradia em formação e outras cooperativas de moradia já constituídas, como a Paihuen.

Reflexões finais da ELAH no Chile

- É preciso f**ortalecer o trabalho com o Estado,** no sentido de poder tensionar e disputar os recursos mediante marcos regulatórios e presença nas ruas.

- Embora seja preciso trabalhar com o Estado, também é necessário fazê-lo em uma r**elação de independência do Estado,** para não ser cooptado por ele. (Ter uma perspectiva classista, como resposta a um sistema explorador).

- A importância de tecer e manter as **redes de colaboração**

- Aunar

- Manter a memória viva e destacar o papel da mulher.

- A diversidade de setores e temáticas para abordar a **habitação desde a concepção autogerida: infância, vida adulta, educação, saúde, lazer e cultura, comunicação, etc.**

- Caracterizar e conhecer os rostos das corretoras de imóveis e dos depredadores da terra.

- Contar com ferramentas e meios de produção sob o controle das organizações, para desenvolver a produção autogerida do hábitat.

- Profissionalizar as estratégias e técnicas na luta, treinar e profissionalizar àqueles que fazem parte desta unidade.

- Importância da unidade em ação.

- Poder identificar conteúdos metodológicos e pedagógicos para a formação autogerida. Identificar iniciativas pedagógicas úteis para o movimento popular.

- No Chile está pendente uma lei de iniciativa popular e UMA LEI DE MORADIA

- Passar a **construir com tijolos.**

- **Gerar poder e educação popular.**

- Politizar o debate público e as autoridades.

- Processo de construção de governanças, como exercício constituinte.

- Encontro de Ocupação 3 e 4 de dezembro

- Que novas pessoas **passem a participar dos espaços de coordenação da SELVIHP.**

A autogestão é uma estratégia contra o capitalismo. Irradiar esse sentido contratual e as práticas cotidianas que o sustentam

5. Agenda SELVIHP decorrente das atividades realizadas no Chile

1- Declaração e divulgação de Nota de Profunda Preocupação com as decisões do Governo do Chile de:

a) reingressar o inumano Projeto de Lei Antiocupação , punindo e criminalizando as ocupações por todo o território nacional.

b) negar repressivamente o ancestral direito à propriedade comunitária dos nossos povos originários.

2- **Próxima Elaboração de um Documento sobre a estrutural concepção da Autogestão.**

3- **Próximos e sistemáticos Intercâmbios sobre os conteúdos dos 3 Projetos de Lei Nacional de PSAHP Produção Social Autogerida de Hábitat Popular** apresentados pela Argentina, Brasil e Venezuela em seus respectivos âmbitos legislativos.

4- **Apoio à realização, na Câmara dos Deputados da Nação Argentina, de uma Atividade Informativa sobre o Projeto de Lei Nacional de PSAHP Produção Social Autogerida do Hábitat Popular, com intervenção virtual da nossa SELVIHP através de referentes das nossas Organizações.**

Dezembro
Terça-feira 6 às 15h.

Reunião virtual de Coordenação SELVIHP .
Nela vamos definir datas para a realização de 3 Módulos Virtuais, cujas temáticas serão: Concepção Autogerida, Marcos Normativos e Pedagogia para a Autogestão.

Fevereiro
14 de Fevereiro às 15h.

Reunião virtual de Coordenação SELVIHP.
Coordenar e tentar concretizar a presença física de integrantes da Coordenação SELVIHP no Equador (Quito e Guayaquil) e Colômbia (Congresso dos Povos) com o objetivo de tentar que as organizações de hábitat existentes nesses países e cidades iniciem o processo de inserção na SELVIHP.

Março
2 a 24 de março.

Atividade Informativa na Câmara dos Deputados da Nação do Projeto de Lei Nacional de PSAHP Produção Social Autogerida de Hábitat Popular, atividade da qual as organizações da SELVIHP participarão de forma virtual.
Atividade em conjunto com HIC e FRLuxemburgo sobre marcos regulatórios autogeridos no Fórum Mundial dos Direitos Humanos.

Abril
24 de Abril a 01 de Maio.

2° Módulo Presencial da ELAHP- SELVIHP na Venezuela

Agosto

Encontro Nacional de Moradia da UNMP em Maranhão-Brasil. Convite à SELVIHP para sua participação.
Possibilidade de aproveitar essa presença, organizando nessa cidade do norte do Brasil o 3° Módulo Presencial da ELAHP .

Outubro.
DIA MUNDIAL DO HÁBITAT. A ser definido.

Construindo Cotidianamente Um Horizonte Socialista , Autogerido e Comunal